



**Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Escola de Educação Física da UFOP - EEFUFOP
Licenciatura em Educação Física**



TCC em formato de Monografia

**Reflexões emergentes de uma proposta educativa baseada nas
relações étnico-raciais: uma contribuição da Educação Física**

Sabrina Lellis Nogueira

**Ouro Preto
2022**

Sabrina Lellis Nogueira

Reflexões emergentes de uma proposta educativa baseada nas relações étnico-raciais: uma contribuição da Educação Física

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de monografia, apresentado à disciplina Seminário de TCC (EFD-356) do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para aprovação na mesma.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri

**Ouro Preto
2022**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N778r Nogueira, Sabrina Lellis.

Reflexões emergentes de uma proposta educativa baseada nas relações étnico-raciais [manuscrito]: uma contribuição da educação física. / Sabrina Lellis Nogueira. - 2022.

39 f.: il.: color.. + Quadros.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri.

Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Educação Física. Graduação em Educação Física .

1. Educação Física. 2. Currículos. 3. Racismo. I. Ungheri, Bruno Ocelli. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 796

Bibliotecário(a) Responsável: Soraya Fernanda Ferreira e Souza - SIAPE: 1.763.787



FOLHA DE APROVAÇÃO

Sabrina Lellis Nogueira

Reflexões emergentes de uma proposta educativa baseada nas relações étnico-raciais: uma contribuição da Educação Física

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada.

Aprovada em 20 de outubro de 2022.

Membros da banca

Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri - Orientador (Universidade Federal de Ouro preto)
Profa. Dra. Marie Luce Tavares (Instituto Federal de Minas Gerais)
Profa. Dra. Denise Falcão (Universidade Federal de Ouro preto)

Bruno Ocelli Ungheri, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 24/10/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Ocelli Ungheri, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/10/2022, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0416599** e o código CRC **7AA69ADF**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho inicialmente a Deus e aos meus pais Elcilene e Paulo por toda fé, força e coragem. Um agradecimento em especial ao Matheus, pelo seu companheirismo e compreensão em momentos decisivos. A todos os familiares e amigos que sempre estiveram ao meu lado e que entraram nesta trajetória e torceram por mim. Às minhas amigas Manuele, Stefany, Hipsia, Maria Clara e Layla, por toda força e parceira dentro e fora da academia. Ao meu orientador, Bruno Ocelli por toda paciência e por acreditar no meu potencial. Aos demais professores da Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto que foram primordiais em oportunizar o conhecimento do desconhecido e desenvolver a profissional que me torno. Ao LAGEP juntamente aos seus membros, pelas oportunidades oferecidas e parcerias. Além de todos os outros projetos e laboratórios que tive o prazer de participar e que foram essenciais para o meu desenvolvimento. Aos meus colegas de turma do 18.2 por cada experiência vivida juntos. À banca pela disponibilidade em fazer parte deste processo e pelas trocas realizadas. Meu muito obrigada!

“O papel da escola é mostrar a face oculta da
lua.” – Dermeval Saviani.

RESUMO

A educação possui um viés emancipador no qual evita cometer os mesmos erros do passado. Nesse sentido, ela dispõe de currículos que visam uma construção social do sujeito. A Educação Física como componente curricular da Educação Básica possui tamanha contribuição para o presente viés. Atualmente, uma perspectiva vigente de trabalho é perante ao currículo antirracista, que pode gerar efeitos diferentes e únicos nos alunos. O presente trabalho aborda o currículo antirracista, que possibilita o ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena, ressaltando a importância da mesma na formação de identidade dos estudantes. O trabalho justifica-se pela busca da contribuição da Educação Física escolar com o desmonte do racismo estrutural. O objetivo da pesquisa foi refletir sobre as experiências emergentes de uma proposta educativa baseada nas relações étnico-raciais através da contribuição da Educação Física no Ensino Médio público. A metodologia deu-se de cunho qualitativo, amparada pelo método de pesquisa-ação. Foram desenvolvidas 4 aulas com diferentes turmas do ensino médio, descritas em diários de campo ao final das mesmas. Além das intervenções, foram realizadas entrevistas com os professores das turmas envolvidas. O método de decodificação dos dados foi pela análise de conteúdos. A partir das diferentes categorizações, foram percebidos momentos impiedosos a respeito da temática étnico-racial, que possivelmente não teriam sido acometidos se não pela oportunidade dessas aulas desenvolvidas, como momentos de denúncia, reconhecimento da própria identidade e oportunidades de falas. Conclui-se que este é o começo de uma proposta da contribuição da Educação Física no ensino das relações étnico-raciais, que identifica a necessidade de outras intervenções para completar sua função de luta dentro do espaço escolar, desde a preparação do professor para este momento, até ações dentro das instituições.

Palavras Chaves: Educação Física escolar, racismo, currículo, antirracismo, cultura.

ABSTRACT

Education has an emancipatory bias in which it avoids making the same mistakes of the past. In this sense, it has curricula that aim at a social construction of the subject. Physical Education as a curricular component of Basic Education has such a contribution to this bias. Currently, a current perspective of work is in the face of the anti-racist curriculum, which can generate different and unique effects on students. The present work addresses the anti-racist curriculum, which enables the teaching of African, Afro-Brazilian and indigenous culture, emphasizing its importance in the formation of students' identity. The work is justified by the search for the contribution of school Physical Education with the dismantling of structural racism. The objective of the research was to reflect on the emerging experiences of an educational proposal based on ethnic-racial relations through the contribution of Physical Education in public High School. The methodology was qualitative, supported by the action research method. Four classes were developed with different high school classes, described in field diaries at the end of them. In addition to the interventions, interviews were carried out with the teachers of the classes involved. The data decoding method was by content analysis. From the different categorizations, merciless moments were perceived regarding the ethnic-racial theme, which possibly would not have been affected if not for the opportunity of these developed classes, such as moments of denunciation, recognition of one's own identity and opportunities for speeches. It is concluded that this is the beginning of a proposal for the contribution of Physical Education in the teaching of ethnic-racial relations, which identifies the need for other interventions to complete its function of struggle within the school space, from the preparation of the teacher for this moment, even actions within institutions.

Keywords: School Physical Education, racism, curriculum, anti-racism, culture

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 O PERCURSO METODOLÓGICO.....	10
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
3.1 EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA.....	14
3.2 TRAÇOS DOS DISCURSOS DISCENTES.....	16
3.3 O OLHAR DOCENTE CONTEXTUALIZADO.....	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS	23
APÊNDICE I – CARTA DE ANUÊNCIA	27
APÊNDICE II – PLANOS DE AULA.....	28
APÊNDICE III – ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA.....	32
APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	33

1 INTRODUÇÃO

A educação pressupõe a existência permanente de uma perspectiva crítica sobre o processo histórico de constituição da sociedade, evitando que erros do passado se perpetuem, rompendo com os paradigmas hegemônicos (ADORNO, 2000). Sob tal prisma, o autor afirma que apenas pensando a sociedade e a educação de maneira transformadora, é possível estimular a formação de sujeitos emancipados, com horizontes ampliados pelo acesso ao conhecimento. Ressalta ainda, o enfrentamento do emudecimento das pessoas, possibilitando o conflito de ideias através de uma experiência educativa focada na reflexão político-social. Todo esse escopo político-pedagógico se manifesta pelos currículos das instituições escolares, merecedores de análises multifatoriais para se compreender suas premissas e seus projetos formativos nas diferentes etapas de ensino.

Vieira (2009) pondera que os currículos são uma seleção política, além de serem discutíveis e dinâmicos. Utilizam de referenciais científicos para gerar conhecimento e legitimar a estabilização social - porém sempre se refazendo e reconstruindo permeado por conflitos e resistências. Nesse sentido, cada currículo possui suas características próprias de desenvolvimento metodológico e suas respectivas influências, sendo imprescindível seu estudo para reflexão, problematização, discussão das relações de poder e, principalmente, do entendimento do currículo como forma de construção social (ILHA, 2019).

Nesse íterim, encontra-se a Educação Física (EF), que de acordo com Oliveira (2017), é um componente curricular obrigatório da Educação Básica assegurado pela Lei nº 10.793, garantida, oficializada e integrada à proposta pedagógica das escolas. De tal modo, a EF segue alguns documentos norteadores para desenvolver seus conteúdos, estando presente entre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), os Conteúdos Básicos Comuns (CBC's)¹ e o mais recente deles, através da sanção da Lei Federal nº 13.415, intitulado Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Todo esse aparato legal busca orientar a construção dos currículos escolares da Educação Física e, a partir disso, definir um

¹ Destaca-se que os PCNs e os CBCs são considerados documentos norteadores, mas não se valem como parâmetros obrigatórios de intervenção docente.

conjunto de conhecimentos a serem desenvolvidos com os alunos na Educação Básica (SANTOS E NIQUINI, 2021).

Ao abordar as reformas curriculares brasileiras, Neira (2018) enaltece o princípio de que estas ocorram pela perspectiva de se formar cidadãos capazes de construir uma sociedade menos desigual. Pontua ainda que nos anos 1990, os currículos convencionais da Educação Física foram abalados frente às suas intenções de adequação dos sujeitos à sociedade. Nessa perspectiva, o autor apresenta que, com as conturbações educacionais brasileiras, novos pressupostos curriculares para a Educação Física vêm sendo experimentadas no âmbito da Educação Básica, como é o caso da Educação Física Cultural, desenvolvida sob a égide de um campo aberto ao debate e ao encontro de culturas, tornando-se uma área de produção de identidades e diálogos.

Na mesma direção, com uma perspectiva crítica a respeito das discussões relacionadas a cultura, é evidenciado o racismo estrutural, Souza *et al.* (2021) apresentam o currículo antirracista, que é amparado pela Lei Federal nº 10.639/2003 (Lei de Diretrizes e Bases – LDB), que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, intencionando a quebra do padrão de ensino eurocentrado. De acordo com Crelier e Silva (2018), a LDB foi alterada em 2003 a partir do momento em que houve o reconhecimento da negação da temática étnico-racial no ambiente escolar. Essa negação contribui com a propagação do racismo que, no entendimento de Almeida (2019, p. 32), é considerado “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de prática conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Ainda nessa perspectiva, Corsino e Conceição (2016) acrescentam que as Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08² transcenderam através de muita luta para que o ensino dessas culturas e histórias fosse contemplado nos currículos escolares, chamando atenção, ainda, para a inclusão das culturas indígenas e dos povos originários. A educação antirracista assegura-se, portanto, pelo aparato legal² constituído ao longo dos anos, que fortalece o combate ao silêncio sobre a

²Cumpr-se dizer que a Lei 11.645/08 sanciona sobre a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino.

discriminação racial no Brasil (GOMES, 2012). A autora discorre que o cenário descrito favorece a adoção de uma prática pedagógica antirracista, culminando no combate direto ao racismo.

Em soma, Almeida (2019) aponta que o racismo é considerado parte da estrutura social, chamando atenção para o fato de que a mudança do referido quadro não se efetiva apenas com denúncias ou com repúdio moral, mas pela adoção de práticas antirracistas que deem visibilidade e estimulem o combate a toda forma de preconceito e privação dos direitos sociais. Nessa vertente, Ivenicki (2020) corrobora ao salientar a importância de reconhecer as perspectivas decoloniais e de promover a devida valorização dos saberes nativos de grupos subalternizados.

Segundo Nobrega (2020), o conflito racial sempre esteve presente na sociedade e um dos desafios da luta antirracista no Brasil é o reconhecimento dos cidadãos brancos de sua responsabilidade na batalha perante o racismo. Nessa perspectiva, ainda apresenta que a estrutura organizacional de classes brasileira possui em sua maioria, brancos presentes no topo da pirâmide. Além disso, ressalta que os brancos detêm de privilégios explorando as outras raças visando o acúmulo de capital, evidenciando-se as relações de poder entre os grupos.

Desse modo, é preciso que os indivíduos brancos reconheçam como a branquitude coopera com a desigualdade social, sobretudo pelo uso dos privilégios que, muitas vezes, são garantidos tacitamente (PADILHA E ZILBERSTEIN, 2020). As autoras ainda destacam como a narrativa da mestiçagem - “somos todos iguais” –ainda presente nos discursos, o que acaba por fundamentar práticas racistas, contribuindo para a solidificação do racismo estrutural.

Nessa esfera, Nobrega (2020) contextualiza que a educação das relações étnico-raciais é um tema que integra o projeto de direitos humanos. Para a autora, diante do cenário no qual o país se encontra, de conservadorismo e ideologias violentas prósperas, faz-se necessário uma oposição a esta desigualdade, visando reparar historicamente e alcançar a equidade racial. Em soma, Maldonado *et al.* (2021) salientam que os professores de Educação Física precisam proporcionar projetos que evidenciem as práticas corporais e ressaltam a cultura das diferentes raças, ou seja, precisam participar efetivamente dessa luta. Ademais, Souza *et al.* (2021) caracterizam a Educação Física escolar como privilegiada, por trabalhar com a cultura corporal, tida como ponto focal das manifestações culturais africanas e afro-brasileiras.

Em concordância, Martins (2021) enfatiza a necessidade de se garantir a condução de conteúdos multiculturais, como mecanismos para o reconhecimento das diferentes identidades discentes – com amparo nas raízes ancestrais. Além disso, indica que é preciso provocar epistemologicamente a construção de outro paradigma para a Educação Física Escolar, no sentido de valorizar a diversidade cultural brasileira, colocando em questão a problemática étnico-racial.

A partir desse embasamento, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as experiências emergentes de uma proposta educativa baseada nas relações étnico-raciais através da contribuição da Educação Física, desenvolvida para o Ensino Médio em uma escola pública. Nesse contexto, o estudo justifica-se pelo desenvolvimento de uma Educação Física antirracista que venha a contribuir na modificação da condição estrutural do racismo na sociedade brasileira.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo é de cunho qualitativo (DIAS, 2000), ancorado pelas premissas de uma Pesquisa-Ação que, no entendimento de Silva *et al.* (2021), revela a indissociabilidade existente entre a pesquisa e a prática. Os desdobramentos da mesma procuram intervir no campo no intuito de auxiliar os professores a solucionarem seus problemas de sala de aula, levando-os para a pesquisa e, então, avaliando empiricamente o resultado das crenças e práticas existentes nas aulas (ENGEL, 2000). Desse modo, “a pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática” (TRIPP, 2005 p. 447).

Para o desenvolvimento da proposta foi adotada uma combinação metodológica entre “observação participante” e “participação observante” (PERUZZO, 2017, p.163). A primeira se caracteriza pela presença constante do observador no ambiente investigado, para que ele possa “ver as coisas de dentro”. Já a participação observante pode ser traduzida pelo compartilhamento das atividades entre o pesquisador e o grupo que está sendo estudado, de modo consistente e sistematizado, ou seja, ele se envolve nas atividades, além de co-vivenciar interesses e fatos” (PERUZZO, 2017, p.163).

Para isso, delimitou-se o escopo da pesquisa conjuntamente com os docentes da instituição de ensino em questão, conforme termo de anuência (APÊNDICE I), referenciando-se as atividades realizadas a partir do planejamento de intervenções (APÊNDICE II) junto a duas turmas do 1º ano e 3 turmas do 2º ano, ambas no âmbito do ensino médio. Ao final de cada aula, foi elaborado um diário de campo, visando o registro dos aspectos percebidos pelos pesquisadores e pelos docentes. Nessa direção, as aulas contaram com diferentes temáticas a depender do ano correspondente ao ensino médio no qual pertencia a turma, conforme descrito no Quadro 1:

Quadro 1: Organização das aulas.

Professor	Turma	Aula 1	Objetivo	Aula 2	Objetivo
A	1º	Esporte e racismo	Refletir e debater acerca do racismo estrutural perante a essas situações no esporte.	Jogos e brincadeiras indígenas , africanos e afro-brasileiros	Refletir e debater acerca dos jogos e brincadeiras afro-brasileiros e indígenas. Usufruir da prática motora que eles promovem.
B	1º	Esporte e racismo	Refletir e debater acerca do racismo estrutural perante a essas situações no esporte.	Jogos e brincadeiras indígenas , africanos e afro-brasileiros	Refletir e debater acerca dos jogos e brincadeiras afro-brasileiros e indígenas. Usufruir da prática motora que eles promovem.
C	2º	Ritmos indígenas e afro-brasileiros	Trabalhar a história da música africana, afro-brasileira e indígena, sua influência no cotidiano da música, cultura, arte local e cotidiano. Usufruto da prática motora via percussão corporal.	Ritmos indígenas e afro-brasileiros	Uso dos ritmos para explorar o conceito do racismo.
D	2º	Ritmos indígenas e afro-brasileiros	Trabalhar a história da música africana, afro-brasileira e indígena, sua influência no cotidiano da música, cultura, arte local e cotidiano. Usufruto da prática motora via percussão corporal.	Ritmos indígenas e afro-brasileiros	Uso dos ritmos para explorar o conceito do racismo.
E	2º	Ritmos indígenas e afro-brasileiros	Trabalhar a história da música africana, afro-brasileira e indígena, sua influência no cotidiano da música, cultura, arte local e	Ritmos indígenas e afro-brasileiros	Uso dos ritmos para explorar o conceito do racismo.

			cotidiano. Usufruto da prática motora via percussão corporal.		
--	--	--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Ao final de todo processo, os cinco professores das turmas participantes do projeto, foram convidados a participar de uma entrevista individual semiestruturada com os docentes, cujo roteiro (APÊNDICE III) contou com seis questões norteadoras, a fim de se avaliar pedagogicamente o cumprimento dos objetivos propostos, especialmente se foi possível garantir que os estudantes compreendessem, com alguma profundidade, o mundo ao seu redor (TRIPP, 2005). Os sujeitos da pesquisa foram esclarecidos sobre os aspectos relativos à mesma e tiveram sua participação condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE IV). A caracterização dos entrevistados pode ser percebida no quadro 2:

Quadro 2: Caracterização dos docentes entrevistados

Entrevistado	Gênero	Raça	Nível de formação	Tempo de atuação
A	Masculino	Negro	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física	3 meses
B	Masculino	Negro	Pós-graduação em Educação Física	41 anos
C	Feminino	Parda	Pós-graduação em Educação Física	37 anos
D	Feminino	Branca	Doutorado em Ciência do Esporte	19 anos
E	Feminino	Branca	Mestrado em Educação	15 anos

Fonte: elaborado pela autora, 2022

Por fim, os dados emergentes da pesquisa foram tratados e descritos a partir da técnica intitulada “Análise de Conteúdo” (BARDIN, 2010) e (SOUSA e SANTOS, 2020), através do apontamento das seguintes categorias: a) Educação Física e prática pedagógica antirracista; b) Traços dos discursos discentes; c) O olhar docente contextualizado. Cumpre informar que o estudo foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal de Ouro Preto, referenciado pelo CAAE 57535622.4.0000.5150.

enfrentamento ao racismo estrutural. Demonstra, ainda, a presença da temática de forma preliminar na vida dos discentes, evidenciando a necessidade de se considerar a formação histórica dos sujeitos ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Em direção complementar, palavras como “denúncia” e “representatividade” denotam a consciência crítica de se dar visibilidade às ocorrências racistas que se empilham ao longo dos dias. Ainda é possível considerar o enfrentamento dos discursos que blindam práticas racistas, quando se observam reflexões que criticam o uso de termos como “calor do momento” e “superioridade”.

Nesse sentido, identifica-se como a linguagem é perspicaz ao alastramento do racismo, já que, no entendimento de Alencar (2015, p.72), representam a dominação colonial, acrescentando, ainda, que a violência possui uma semântica étnico-racista, que atinge, em suma, as comunidades subalternas, configurando o que se convencionou nomear de violência linguística. Desse modo, Colaço e Alencar (2016) falam sobre como essa violência advém de contextos históricos e sociais estabelecidos pela dominância de relações coloniais e que os sujeitos inseridos neste meio reproduzem falas que “ecoam ações prévias” (SILVA; ALENCAR, 2013, p.235). É necessário, portanto, conceber currículos comprometidos com as questões políticas, sociais, culturais e econômicas, na intenção de se contrapor as opressões no âmbito social.

3.1 EDUCAÇÃO FÍSICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA

Nesta categoria, serão compartilhadas experiências vividas durante as aulas, que remetem diretamente aos conteúdos da Educação Física Escolar, escolhidas a partir das percepções registradas nos cadernos de campo. Destarte, aborda-se uma situação instigante advinda da aula “jogos e brincadeiras”, em que um aluno resistiu em conhecer a história da atividade proposta - denominada “Pirarucu” - assumindo o posicionamento de que apenas a sua prática importava. No entanto, ressalta-se que a premissas de todas as aulas com atividades práticas, previa o seguinte formato: a) contar a história da atividade; b) realizar a atividade; c) discutir sobre a teoria e a prática, estabelecendo conexões com o enfrentamento ao racismo estrutural. Nesse norte, a escolha do presente formato de trabalho se deu

pela contribuição da Educação Física para além da denúncia, ou seja, tinha a finalidade da apresentação da história desses povos subalternizados e depois sua vivência, buscando a valorização cultural através do conhecimento. Justifica-se tal perspectiva pelos dizeres de Damascena, Miranda e Silva (2018) quando defendem que o sujeito busca os sentimentos de pertencimento, igualdade e representatividade através do referencial histórico conhecido e disponibilizado para si – que pode ser ampliado e edificado a partir das experiências corporais.

Destaca-se também outro momento curioso, quando ao final da aula, uma estudante ponderou que aquela foi a única ocasião em que não houve nenhum conflito entre a turma, o que corrobora com Souza *et al.* (2021) e Cunha (2016), quando mencionam que as brincadeiras de cunho africano possuem caráter cooperativo, quebrando a tradição eurocêntrica da competição, promovendo e desenvolvendo relações afetivas entre os indivíduos. A circunstância também vai ao encontro com os achados de Santos e Neto (2011), quando apresentam em sua pesquisa a percepção de manifestações racistas em atividades em grupo de competição.

Ademais, um outro caso que chamou atenção nesta aula, foi quando um estudante considerou ensinar as brincadeiras “Da Ga” e “Melancia” para seus irmãos mais novos. Nessa perspectiva, a iniciativa de trabalhar com a composição de jogos e brincadeiras indígenas, africanas e afro-brasileiras, pode se apoiar na educação para o lazer (SOUZA *et al.* 2021), cumprindo, portanto, a proposta de externalizar o que se aprende para além do espaço escolar, além de contribuir no alcance da emancipação e pensamento crítico do sujeito (GALINDO, 2021).

Na aula temática sobre “Esporte e Racismo”, foi percebida pouca compreensão dos discentes sobre os atletas indígenas e negros, sendo que, quando conhecidos, em maior número, são atletas do futebol. Sobretudo, eles conheciam casos racistas e mobilizações antirracistas majoritariamente presentes também nessa mesma modalidade esportiva. Nesse sentido, os achados reforçam a ideia de que o futebol é predominantemente afluente no país, especialmente pela mediação exercida pela televisão, que explora o futebol a partir da construção de figuras heroicas (CARVALHO, 2021). Por esse prisma, verifica-se significativa influência no comportamento das pessoas e, conseqüentemente, nos hábitos, valores e atitudes da sociedade brasileira, haja visto que as imagens transmitidas pelos atletas têm potencial para combater ou perpetuar práticas racistas.

Nesta perspectiva, a partir das ações promovidas no presente trabalho, desde o trato dos jogos e brincadeiras que tangenciam a história dos povos originários, além da proposta desenvolvida pela vertente esportiva, faz-se cumprir o papel que é assegurado pelas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 de zelar pelo ensino da cultura e história de africanos, afro-brasileiros e indígenas, sendo essa uma das inúmeras possibilidades existentes de trabalho através cultura corporal de movimento e da Educação Física escolar.

3.2 TRAÇOS DOS DISCURSOS DISCENTES

No presente tópico, oferta-se visibilidade aos discursos discentes que emergiram da proposta pedagógica em tela, evidenciando diretamente a temática do racismo - denunciando momentos e/ou fortalecendo a luta antirracista. Destarte, destaca-se uma situação advinda de uma das aulas sobre “Esporte e racismo”, na qual um aluno relatou que, em certa ocasião pregressa:

[...] sua amiga, preta, jogava bola com colegas brancos, quando os pais dos meninos impediram que continuassem jogando com a menina devido à cor da pele dela. Após o relato, outro aluno perguntou ao sujeito qual foi sua postura no momento do ocorrido, indagando se ele defendeu a garota”

Como ensina Ribeiro (2019), o contra-argumento de uma terceira pessoa pode ter a conotação de exigir um posicionamento sobre determinada situação (criminosa) de constrangimento, ou seja, uma quebra do silenciamento que fará com que assuma a sua responsabilidade de não perpetuar com o racismo. No entanto, a mesma fala pode ser interpretada pelo viés de assumir uma forma de conservação do racismo, no qual um branco precisa defender um negro, compactuando com a superioridade racial, isto é, a supremacia branca e patriarcal (RIBEIRO, 2017).

Além dessa situação, durante uma das aulas sobre “ritmos indígenas e afro-brasileiros”, os alunos também relataram um caso racista³, porém, dessa vez, sofrido com um professor da própria instituição – tido pelos estudantes como uma ocorrência silenciada. Damascena, Miranda e Silva (2018) chamam atenção para o fato de que a educação brasileira ainda vive cotidianamente um silenciamento,

³ Conforme relatado pelos alunos e anotado em caderno de campo, um professor da instituição disse durante a sua aula que não gostava de pretos e que eles não deveriam ocupar o lugar onde estão.

perpetuando uma estrutura hierárquica que reduz o eco das vozes minoritárias que se erguem. Nessa perspectiva, vislumbra-se que as proposições pedagógicas antirracistas são uma forma de resistência e luta na escola, que podem estimular e até mesmo legitimar o engajamento de toda a comunidade escolar no combate ao racismo. Cumpre enaltecer que esta é uma prática criminosa, regulamentada pela Lei Federal nº 9.459, em que os indivíduos julgados culpados podem ser punidos pelos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Outros pontos de destaque dos discursos discentes foram advindos das aulas tematizadas pelos ritmos. Nas intervenções em questão, foi oportunizado aos alunos o conhecimento histórico e cultural sobre a musicalidade afro-brasileira e indígena, debates sobre a temática e atividades de cunho prático de percussão corporal com gêneros musicais que se fazem presentes na classe. Nessa esteira, as atividades possuíram um direcionamento tanto pela denúncia em determinados momentos, mas principalmente pela perspectiva da valorização pela compreensão do presente tópico. Por fim, para um fechamento da intervenção, os alunos foram convidados a elaborarem paródias com intuito de retratar a ideia antirracista que foi construída por eles mesmos nas aulas.

Dentre essas construções, enfatiza-se algumas que possuíram um olhar que reforça a construção da identidade dos sujeitos, estimulando sua autoaceitação e fortalecimento. Nesse sentido, essa característica é possível de ser identificada, por exemplo, na paródia elaborada em resposta à música “Nega do cabelo duro”, de Luiz Caldas, que se deu pelos seguintes dizeres:

“Meu cabelo não é duro, e eu gosto de pentear, quando passa uma moça preta, todos param pra olhar, não precisa me pegar, não precisa me pegar, já tô com meu batom, pronta para arrasar, cadê você que gosta de se cuidar”.

A experiência de refletir sobre uma temática e propor uma ideação pautada na arte-educação, corrobora com os apontamentos de Moore (2010), quando compreende que um possível impacto acerca do trabalho que cumpre a Lei 10.639/2003 é a substituição do mito-ideológico da democracia racial ainda existente, por uma construção de uma nova identidade aos brasileiros em função do conhecimento de fatos históricos reais. Além disso, também foi possível perceber que algumas paródias assumiram o sentido de denúncia, com maior profundidade na temática, como se pode identificar na construção a seguir, que foi em suma uma

construção inédita, sem parafrasear outra música, e assim, feita a partir de ritmos que tangem o rap, como pode-se ver:

“[...] Entre chicotes e torturas no passado, há quem diga que tenha mudado. O racismo só se esconde entre as linhas, e é financiado pelo Estado. Tem gente que pensa que acabou com a Princesa Isabel, mas o preto continua mal, e a lei só funciona no papel [...]”.

Dessa forma, essa e outras paródias trataram, portanto, de pontos cruciais da história, demonstrando a formação de um corpo discente crítico, dialogando com Bracht (2002), que milita pelo fortalecimento de uma formação crítica no campo da Educação Física. Crelier e Silva (2018) destacam que as linguagens verbais e não verbais transparecem a exclusão, seja de um grupo ou de um indivíduo, sendo essa uma situação percebida ao longo de uma das aulas preconizadas neste estudo. Essa situação pôde ser notada, por exemplo, quando uma aluna preta estava deitada no início da aula de costas, sem participar das atividades, e aos poucos foi mudando sua postura, ficando sentada, atenta e posteriormente, participando e se posicionando ao longo das discussões. Sua linguagem corporal demonstra, portanto, uma negação do desenvolvimento do trabalho, até que isso foi sendo quebrado com o decorrer das atividades das aulas rítmicas nas quais exaltavam músicas nas quais ela se sentia representada. Ademais, um outro momento a ser interpretado pelo viés da linguagem corporal, foi durante a apresentação de uma das paródias, quando todos os integrantes de um grupo, ao finalizar sua música, batem com as mãos no chão, possivelmente demonstrando revolta, sinalizando um pedido de basta em toda essa violência estrutural. Desse modo, é preciso perceber a linguagem verbal e não verbal que o aluno assume, batalhando pela luta contra o processo que coloca determinados sujeitos em local de superioridade em detrimento de outros (CRELIER E SILVA, 2018).

3.3 O OLHAR DOCENTE CONTEXTUALIZADO

Neste tópico, evidenciam-se as falas dos docentes que estão inseridos no contexto da instituição, contribuindo ativamente com seu olhar pedagógico. Nessa direção, os professores foram questionados sobre o trabalho da perspectiva

antirracista desenvolvida na instituição, em que foi possível identificar o reconhecimento, por parte de todos os entrevistados, de que a temática já é trabalhada e está inserida na instituição conforme o plano de ensino da disciplina (IFMG, 2022).

Exemplo disso pode ser extraído de uma das falas docentes, quando afirma que “[...] já estava programado esse tema antes de você vim com a proposta [...]” (SUJEITO, D) e “[...] nada como chegar pra dar mais uma balançada, uma provocação pedagógica na gente né, então quero deixar claro, balançou sim, mas isso não quer dizer que a gente não faça isso [...]” (SUJEITO B). É imperativo valorizar os pontos em tela, pois não se trata de uma dinâmica comumente observada em outros contextos escolares. Crelier e Silva (2018), por exemplo, não identificam professores com consentimento e conhecimento das leis que tratam sobre a obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais e conseqüentemente excluindo a temática do ensino nas respectivas instituições.

Além do mais, também percebe-se um consenso entre as falas dos professores, assentindo e entendendo a importância do trabalho relacionado à Educação Física Antirracista, como por exemplo “A proposta é extremamente necessária, falar sobre isso, mas o que eu achei, é que os meninos ainda se perdem nesse assunto” (SUJEITO A), e “(...) eu avalio super positivo a partir do momento que a gente percebe que existe uma necessidade muito grande do grupo de tratar o tema (...)” (SUJEITO C), concordando com Maranhão e Junior (2017) quando revelam ser fundamental as práticas da Educação Física antirracista em prol do fim da violência e também na solidificação de ações afirmativas.

Ademais, destacamos a fala de um dos professores, que apresentou a seguinte situação “na segunda aula, muitos não voltaram, e eu vi isso de maneira positiva, porque eu acredito que não conseguimos atingir todos os alunos, é uma situação que realmente precisa ser martelada na cabeça deles” (SUJEITO A). Por esse prisma, o discurso em questão contribui consideravelmente com o relato de Magalhães e Marques (2022), pois os mesmos avaliam que os alunos ainda se mostram resistentes ao trabalho da cultura afro-brasileira na Educação Física escolar.

Contudo, ressalta-se a importância do trabalho teórico prático que foi feito nas aulas de “ritmos”, como “o próprio retorno deles ao usarem a percussão corporal na paródia mostra que tinha potencial para continuar fazendo e utilizarem mais, mas

em função do tempo que acabou não deu para aprofundar” (SUJEITO E), corroborando ao trabalho de Magalhães e Marques (2022), que defendem a necessidade do conhecimento das etnias e das culturas vigentes no país, principalmente através das vivências corporais, pois essas tornam o momento mais estimulante aos alunos.

Em adição, outro ponto que sobressaiu das entrevistas, foi quando os professores ao serem indagados sobre a sua percepção da Educação Física antirracista, as respostas alinharam-se no sentido de, na escola ser um tema transversal, conforme BNCC (2018), como “eu acredito que esse seja um tema transversal, não só educação física antirracista, mas da educação antirracista de uma forma geral, a gente não costuma separar os conteúdos da educação física com os outros, a gente tenta fazer um link com todos” (SUJEITO D). Desse modo, a fala certifica que a disciplina tem potencial para desenvolver esse pensamento crítico já que ainda estamos em dívida social com as minorias, e então precisamos romper com esses preconceitos através do amplo potencial da cultura corporal de movimento para trabalhar as questões étnico-raciais dentro da aula de Educação Física escolar (SOUZA, *et al.* 2021).

Não obstante, evidenciamos uma fala em que aborda um ponto instigante ocorrido durante uma das aulas, no qual os estudantes conseguiram quebrar o silêncio que os incomodava, retratado em “Eles estavam muito incomodados por estarem se sentindo silenciados pela própria instituição e aquele momento em que eles conseguiram na Educação Física, conversar sobre, eu acredito que foi um momento ímpar para eles” (SUJEITO C). Dessa forma, a descrição destaca justamente como a permanência do emudecimento é prejudicial a sociedade, concordando a outro trabalho que considera: “O silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola” (CAVALLEIRO, 2000).

Por fim, ressalta-se um momento em que é demonstrada a preocupação no cumprimento de determinadas ações que são amparadas pelas leis na seguinte fala “Infelizmente no Brasil parece que as coisas não pegam, quanto tempo tem que foi essa questão racial, da obrigação das escolas trabalharem nesse sentido, mas infelizmente, a coisa está no papel” (SUJEITO B). Desta maneira, o pensamento direciona-se ao encontro do estudo de Pires e Souza (2015), no qual identificou o

desconhecimento por parte de professores da rede municipal sobre a Lei 10.639/03 e da cultura afro-brasileira e africana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, o trabalho buscou refletir sobre uma ação desenvolvida numa escola pública baseada nas premissas da Educação Física antirracista, ressignificando o olhar dos alunos perante à situação vigente. A proposta apresentada assumiu uma ideia de um projeto piloto de possibilidades de contribuições da disciplina no combate ao racismo estrutural. Nessa vertente, a intervenção tornou-se um direcionamento de discussões que tangenciam o cumprimento das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, tirando-a do papel. Para além, o estudo esbarrou na formação de professores e de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional para que se faça jus às ações desta pesquisa.

Desse modo, ao pensar que o professor tem um papel importante na influência do modo de pensar criticamente dos seus alunos como defende Bracht (2002), é imprescindível que o mesmo possua conhecimento para fazer essa troca de informações com os estudantes, diferentemente do que acontece na atualidade e conforme Souza *et al.* (2021). Ainda nessa perspectiva, conforme Silva (2018) é preciso prepará-los e norteá-los para garantir que saibam mediar e se portar mediante a situações de conflitos, visando uma qualificação para o combate de discriminações e do racismo. Reverberando inclusive o papel da Universidade de acordo com Moore (2010, p.158) de mudar o presente e pensar o futuro, uma possível chave para este momento é a imersão de uma disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura que trate em sua ementa do ensino-aprendizado da história e cultura africana e afro-brasileira para todas as idades, além de abordar e construir métodos de ensino da temática com os licenciandos dentro dessa disciplina, tanto de modo interdisciplinar quanto específicos para as diferentes áreas do conhecimento.

Outra proposta possível para melhora do cenário é a de formação continuada dos professores que possa ser promovida pelo Governo para seu respectivo corpo docente. São possibilidades de implementação, afinal, conforme Freire (2018), é a partir da apropriação dos temas que o indivíduo faz o seu melhor e

integra-se ao espírito delas. Ou seja, através do conhecimento do professor, existem novas formas de trabalho possivelmente eficientes para o empoderamento dos estudantes pertencentes às classes subalternizadas e minorias oprimidas.

A partir dessa exposição, conclui-se que este é o começo de uma proposta que busca do alcance da igualdade racial, que ainda é ilusória no Brasil. Sendo assim, assume-se que essa é uma luta da escola, visto que as instituições de ensino são responsáveis por propagar informações que garantam conhecimento ao aluno nos quais ele não teria se não fosse no espaço escolar (SAVIANI, 2012).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: *Paz e terra*, 2000.
- ALENCAR, Claudiana. Na Periferia dos estudos da linguagem: Práticas culturais discursivas do Movimento Sem Terra. *Passagens*. v. 6, n. 1, 2015.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: *Pólen*, 2019.
- APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. Tradução de Maria Aparecida Baptista. 2.ed. Revista. São Paulo: Cortez, 1995.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BRACHT, Valter et al. A prática pedagógica em Educação Física: a mudança a partir da pesquisa-ação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 23, n. 2, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília, 13 maio. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm> Acesso em: 01 out. 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 janeiro. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: 01 out. 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1º dezembro. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.793.htm> Acesso em: 01 out. 2022.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 10 março. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 01 de out. 2022.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394, de 1996. Brasília: Senado, 1996.

BRASIL. Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro, Brasília DF, 2017.

COLAÇO, Soraia; DE ALENCAR, Claudiana Nogueira. A relação linguagem e racismo nas cartografias do currículo de uma escola pública. *Revista Linguagem em Foco*, v. 8, n. 2, p. 77-88, 2016.

MOORE, Carlos. A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: *Nandyala*, 2010.

Carvalho, Renan Augusto O futebol na sociedade capitalista contemporânea. *Universidade Estadual Paulista (Unesp)*, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/205069>>.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar. São Paulo: *Contexto*, 2000.

CRELIER, Cátia Malaquias; SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da. Africanidade e afrobrasilidade em educação física escolar. *Movimento*, v. 24, p. 1307-1320, 2022.

CORSINO, Luciano Nascimento; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti. Educação física escolar e relações étnico-raciais: subsídios para a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Curitiba: *CRV*, 2016.

CUNHA, Débora Alfaia. Da Brincadeiras africanas para a educação cultural. Castanhal, PA: *Edição do autor*, 2016.

DAMASCENA, Quecia Silva; MIRANDA, Eduardo Oliveira; SILVA, Maria de Paula Cecília. Identidade negra, educação e silenciamento: o olhar pedagógico para a aplicação da lei 10.639/03. *Revista Teias*, v. 19, n. 53, p. 248-261, 2018.

DIAS, Cláudia. Pesquisa qualitativa: características gerais e referências. São Paulo, 2000.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. *Educar em Revista*, p. 181-191, 2000.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 8ª edição. apêndice p.123-19. 2018

GALINDO, Vinicius Aparecido. A Educação Física escolar em uma perspectiva cultural e sua interface com o lazer. *Corpoconsciência*, p. 187-202, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

IBGE. Censo Ouro Preto, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 13 out. 2022.

IFMG, Instituto Federal de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/o-que-e-o-ifmg>. Acesso em: 13 out. 2022.

IFMG, Instituto Federal de Minas Gerais. Plano de Ensino da disciplina de Educação Física, Ouro Preto, 2022.

ILHA, Franciele Roos da Silva. As condições de emergência histórica na construção dos currículos da Educação Física: os discursos curriculares em questão. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, v. 11, n. 25, p. 344-357, 2019.

IVENICKI, Ana. Perspectivas multiculturais para o currículo de formação docente antirracista. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 32, p. 30-45, 2020.

MAGALHÃES, Alberto Assis; MARQUES, Lorena Felizardo. As questões étnico-raciais na Educação Física escolar. *RESC–Revista de Estudos SocioCulturais*, v. 2, n. 3, 2022.

MALDONADO, Daniel Teixeira, COELHO, Márcio Cardoso, SOUZA, Priscila Moreira Magalhães e BASTOS, Jadeh Moura Vieira. Tematização dos jogos e brincadeiras nas aulas de Educação Física do Ensino Médio: experiências educativas em uma perspectiva intercultural e antirracista. *Corpoconsciência*, Cuiabá-MT, v. 25, n. 1, p. 39-63, 2021.

MARANHÃO, Fabiano; JUNIOR, Luiz Gonçalves. Jogos africanos e afro-brasileiros na educação física escolar: processos educativos interétnicos. *Colóquio de pesquisa qualitativa em motricidade*, 4, p. 252-265, agosto, 2017.

MARTINS, Bruno Rodolfo. Diversidade Cultural, descolonização e educação [física] antirracista. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 20, n. 227, p. 154-164, 2021.

NEIRA, Marcos Garcia. O currículo cultural da educação física: pressupostos, princípios e orientações didáticas. *Revista e-Curriculum*, v. 16, n. 1, p. 4-28, 2018.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Por uma educação física antirracista. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 34, p. 51-61, 2020.

OLIVEIRA, Lucas de Almeida. Análise de documentos norteadores à prática pedagógica de educação física do governo do Distrito Federal. 2017.

PADILHA, Alexandra da Silva; ZILBERSTEIN, Jacqueline. A construção de um projeto de educação antirracista na educação infantil em uma EMEF: relatos de experiências e primeiros movimentos. *Cadernos do Aplicação*, v. 33, n. 2, 2020.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. *Estudios sobre las culturas contemporáneas*, v. 23, n. 3, p. 161-190, 2017.

PIRES, Joice Vigil Lopes Pires; SOUZA, Maristela da Silva. Educação Física e a aplicação da lei nº 10.639/03: análise da legalidade do ensino da cultura afro-brasileira e africana em uma escola municipal do RS. *Movimento*, v. 21, n. 1, p. 193-204, jan./mar. de 2015

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2019.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: *Letramento: Justificando*, 2017.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. BRASIL. História da Educação. 20ª edição. São Paulo: *Autores Associados*, 2001. [203]

SANTOS, Gilmara Gonçalves; NIQUINI, Cláudia Mara. A influência de documentos norteadores na prática pedagógica de professores de Educação Física no ensino médio. *Revista Temas em Educação*, [S. l.], v. 30, n. 1, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2021v30n1.54491.

SANTOS, Marzo Vargas dos; NETO, Vicente Molina. Aprendendo a ser negro: a perspectiva dos estudantes. *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, p. 516-537, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Origem e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica. Colóquio Internacional Marx e Engels – “Marxismo e Educação: Fundamentos Marxistas da Pedagogia Histórico-Crítica”, v. 7, 2012.

SILVA, Andressa Lima; MATIAS, Juliana Cândido; BARROS, Josemir Almeida. Pesquisa em Educação por meio da pesquisa-ação. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, v. 13, n. 30, p. 490-508, 2021.

SILVA, Daniel do Nascimento; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. A propósito da violência na linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, Jul./dez., 2013. Disponível em: Acesso em: 01 out. 2022.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. *Educar em Revista*, v. 34, p. 123-150, 2018.

SOUZA, Carlos Eduardo Freitas de, SILVA, Cinthia Lopes da, GODOY, Juliano Bernardino de e AGUIAR, Thiago Borges de. Questões Étnico-Raciais, Educação Física Escolar e Educação para o Lazer. *Licere - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, v. 24, n.4, p. 66–86, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.37711>

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa*, v. 31, p. 443-466, 2005.

VIEIRA, Jarbas Santos. Currículo (rastros, histórias, blasfêmias, dissoluções, deslizamentos, pistas). *Debates em Educação*. Maceió, v. 1, n. 2 Jul./Dez. 2009.

APÊNDICE I – CARTA DE ANUÊNCIA -



CARTA DE ANUÊNCIA

Ao Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto

Utilizamos-nos do presente para apresentar o projeto de pesquisa intitulado “Reflexões emergentes de uma proposta educativa baseada no currículo da Educação Física antirracista”. O objetivo central do trabalho é refletir sobre as construções de saberes provenientes de uma proposta educativa desenvolvida para o Ensino Médio, ancorada nas concepções da Educação Física Antirracista na cidade de Ouro Preto (MG). Soma-se a isso, a intenção de investigar a percepção discente e docente acerca da proposta e das experiências desenvolvidas que tangenciam o racismo.

Pretendemos, portanto, viabilizar o estudo nas dependências do IFMG-OP durante as aulas de Educação Física Escolar. Sob esse prisma, solicitamos a anuência da instituição para darmos continuidade à pesquisa, informando nosso compromisso pelo atendimento aos cuidados éticos e pela responsabilidade integral sobre os custos e procedimentos acadêmicos.

O presente documento, quando assinado, implica na anuência do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Preto, para que o estudo ocorra em suas dependências, prospectando seu corpo discente para participação voluntária. Os dados levantados serão armazenados no Laboratório Lazer, Gestão e Política (LAGEP), desta IES, por um período de 5 anos. Em caso de dúvidas, seguem os contatos do pesquisador responsável: Bruno Ocelli Ungheri - bruno.ungheri@ufop.edu.br – (31) 9.8458.8161.

Desde já agradecemos a compreensão e atenção dispensadas.

Bruno Ocelli Ungheri
Pesquisador Responsável

Sabrina Lellis Nogueira
Assistente de Pesquisa

Caso exista um parecer favorável à solicitação em tela, pedimos que o consentimento se materialize pela assinatura no campo a seguir:

Prof. Jose Marjorio de Araujo Filho
SIAPE - 0272815

UFMG / Campus Ouro Preto
Coordenadoria da Área de Educação Física e Desportos

Ouro Preto, ____ de _____ de 202__.



LAGEP@GMAIL.COM
PROF. RESPONSÁVEL: BRUNO OCELLI UNGHERI
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - UFOP

APÊNDICE II – PLANOS DE AULA

Aula	1
Turma:	1º
Local:	IFMG
Duração	100 minutos
Idade	15
Tema	Esportes e Racismo
Habilidades	(EM13LGG102), (EM13LGG201), (EM13LGG202), (EM13LGG203), (EM13LGG204), (EM13LGG301), (EM13LGG302), (EM13LGG303), (EM13LGG501), (EM13LGG502), (EM13LGG503), (EM13LGG601), (EM13LGG602), (EM13LGG603) e (EM13LGG604).
Objetivos específicos	Refletir e debater acerca do racismo estrutural perante a essas situações no esporte.
Desenvolvimento	Atividade 1: bate papo sobre atletas negros e indígenas e jogos específicos; Atividade 2: busca de notícias de casos racistas nos esportes (pequenos grupos) e discussão; Atividade 3: discussão sobre gestão esportiva brasileira; Atividade 4: discussão sobre imersão dos negros e indígenas em determinados esportes (NBA, jogos indígenas, etc); Atividade 5: busca de notícias de movimentos antirracistas nos esportes (pequenos grupos) e discussão; Atividade 6: punições e políticas de inserção.
Avaliação	Processual
Recursos	Data show, caixa de som
Espaço	Sala de ginástica
Observações da aula	Houve imprevistos? Os alunos interagiram? Curiosidades da aula...

Aula	2
Turma:	1º
Local:	IFMG
Duração	100 minutos
Idade	15
Tema	Jogos e brincadeiras indígenas e afro-brasileiros
Habilidades	(EM13LGG102), (EM13LGG201), (EM13LGG202), (EM13LGG203), (EM13LGG204), (EM13LGG301), (EM13LGG302), (EM13LGG303), (EM13LGG501), (EM13LGG502), (EM13LGG503), (EM13LGG601), (EM13LGG602), (EM13LGG603) e (EM13LGG604).
Objetivos específicos	Refletir e debater acerca dos jogos e brincadeiras afro-brasileiros e indígenas. Usufruir da prática motora que eles promovem.
Desenvolvimento	Atividade 1: Recrutar conhecimentos prévios de jogos indígenas. Atividade 2: Contar a história, desenvolver e fazer sua avaliação da mesma para os seguintes jogos e brincadeiras: Tolo kungunhu (po gavião e os passarinhos), o'ta i inyu (o gavião e a galinha), pirarucu, melancia, cabo de guerra e corrida do saci. Atividade 3: Contar sobre a chegada dos povos escravizados, sua influência no país, manutenção da tradição. Atividade 4: Contar a história, desenvolver e fazer a avaliação dos seguintes jogos e brincadeiras: acompanhe meus pés, terra e mar, pegue o bastão, Da ga, o gato e o rato, Mbube Mbube.
Avaliação	
Recursos	Bastão, venda, giz
Espaço	Ginásio
Observações da aula	Houve imprevistos? Os alunos interagiram? Curiosidades da aula...

Aula	1
Turma:	2º
Local:	IFMG
Duração	100 minutos
Idade	16
Tema	Ritmos indígenas e afro-brasileiros
Habilidades	(EM13LGG102), (EM13LGG201), (EM13LGG202), (EM13LGG203), (EM13LGG204), (EM13LGG301), (EM13LGG302), (EM13LGG303), (EM13LGG501), (EM13LGG502), (EM13LGG503), (EM13LGG601), (EM13LGG602), (EM13LGG603) e (EM13LGG604).
Objetivo	Trabalhar a história da música africana e afro-brasileira e indígena e sua influência no cotidiano da música, cultura, arte local e cotidiano. Conhecimento da luta antirracista através dos ritmos. Usufruto da prática motora via percussão corporal.
Desenvolvimento	Atividade 1: recrutar conhecimentos prévios sobre a história da música indígena, apresentá-la, conceituá-la (utilitarista), forma de uso e expressão, apresentar instrumentos e sua influência na sociedade. Atividade 2: recrutar conhecimentos prévios sobre a história da música afro-brasileira, apresentá-la (preservação da tradição, música proibida, atividades rotineiras, modo de vida, suporte de sofrimento, etc), descoberta de talento negro mostrar sua influência na sociedade. História do samba (ex-escravizados, música de barbeiros, repercussão, proibição, evidência. Atividade 3: questionamento e discussão sobre conhecimento de artistas musicais indígenas e negros. Atividade 4: Apresentação, interpretação e discussão sobre Olodum alicerce negro e Escurinho/Preconceito (Chico Buarque, Caetano Veloso e Paulinho da Viola) conceituando racismo estrutural. Atividade 5: busca de músicas racistas e antirracistas (pequenos grupos) e discussão; Atividade 6: Conceituar percussão corporal, som agudo e grave, ensinar o ritmo do samba batendo palma (concha e mão aberta); peito e estalo; coxa e estalo; coxa e bate palma. Inicialmente sozinho e em seguida acompanhar com música (samba lelê)
Avaliação	Processual
Recursos	Data show, caixa de som, instrumentos (atabaque, chocalho, reco reco, pandeiro, caxixi, agogô, berimbau, bastão de ritmo)
Espaço	Sala de ginástica
Observações da aula	Houve imprevistos? Os alunos interagiram? Curiosidades da aula...

Aula	2
Turma:	2º
Local:	IFMG
Duração	100 minutos
Idade	16
Tema	Ritmos indígenas e afro-brasileiros
Habilidades	(EM13LGG102), (EM13LGG201), (EM13LGG202), (EM13LGG203), (EM13LGG204), (EM13LGG301), (EM13LGG302), (EM13LGG303), (EM13LGG501), (EM13LGG502), (EM13LGG503), (EM13LGG601), (EM13LGG602), (EM13LGG603) e (EM13LGG604).
Objetivo	Uso dos ritmos para explorar o conceito do racismo.
Desenvolvimento	Atividade 1: lembrar aula anterior. Atividade 2: continuar percussão corporal (não deixa o samba morrer, andar com fé). Atividade 3: montagem de paródias a respeito do racismo (pequenos grupos). Atividade 4: Apresentação das paródias.
Avaliação	Processual
Recursos	Caixa de som, instrumentos
Espaço	Sala de ginástica
Observações da aula	Houve imprevistos? Os alunos interagiram? Curiosidades da aula...

APÊNDICE III – ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA



Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Texto Introdutório: Olá, tudo bem? Primeiramente gostaria de agradecer pela disponibilidade em participar de nossa pesquisa. Antes de darmos continuidade, pergunto: existe alguma dúvida sobre o trabalho? Podemos iniciar nossa conversa? Fique à vontade para responder o que achar pertinente e, se for o caso, não existe qualquer problema em deixar alguma questão sem resposta. Para começarmos:

- 1) Como você avalia a proposta desenvolvida/os resultados dessa experiência?
- 2) Quais metodologias de avaliação você acrescentaria para avaliar as experiências propostas?
- 3) A partir das aulas desenvolvidas, qual sua concepção da Educação Física Antirracista?
- 4) A experiência vivenciada foi capaz de alavancar reflexões sobre o antirracismo ancoradas nas práticas da Educação Física Escolar?
- 5) A temática do racismo é trabalhada em algum aspecto na instituição?
- 6) Como você percebe as possibilidades de tratamento do antirracismo pelo viés interdisciplinar na sua instituição?



APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado professor (a),

Convidamos você a participar de um estudo desenvolvido pela Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, intitulado “Reflexões emergentes de uma proposta educativa baseada no currículo da Educação Física antirracista”. O trabalho realizado pela discente Sabrina Lellis Nogueira, sob a coordenação do professor Bruno Ocelli Ungheri, tem como objetivo refletir sobre a construções de saberes provenientes de uma proposta educativa desenvolvida para o Ensino Médio, ancorada nas concepções da Educação Física Antirracista na cidade de Ouro Preto (MG).

Para isso, serão desenvolvidas algumas aulas estruturadas durante a Educação Física escolar com estudantes do primeiro ano, recém inscritos no Ensino Médio, regularmente matriculados em escolas públicas na cidade de Ouro Preto. Ao final de tudo, convidamos você, professor da disciplina a participar de uma entrevista semiestruturada. Destacamos nossa responsabilidade pela garantia do anonimato e pelo sigilo absoluto no tratamento das informações, que serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa. Para tanto, os dados coletados serão mantidos no Laboratório de Pesquisa Lazer, Gestão e Política (LAGEP) da UFOP por um período de 5 anos. Esclarecemos que todas as despesas relacionadas ao estudo serão de responsabilidade dos pesquisadores, não havendo qualquer forma de remuneração financeira para os voluntários. Somado a isso, por se pautar pelo compromisso social e por ter destinação sócio-humanitária, espera-se que a pesquisa aponte benefícios diretos e indiretos para toda a sociedade, sobretudo por estar ligada à iniciativas que visem a promoção de igualdade entre as classes sociais no processo educacional, refletindo nos espaços também fora da escola. Somado a isso, estimula reflexões acerca da proposta e das experiências vivenciadas sobre a Educação Física antirracista.

Os riscos para sua participação no estudo são mínimos, mas destaca-se que as questões a serem abordadas poderão tratar situações do cotidiano pessoal e profissional, que podem gerar situações indesejáveis como constrangimento, desconforto, perturbação e intimidação. Todavia, como medidas profiláticas à possibilidade de materialização das referidas ocorrências, preconiza-se a

preservação sigilosa da identidade das participantes, o esclarecimento pormenorizado dos objetivos da pesquisa, a participação livre e voluntária dos estudantes e do professor, bem como a liberdade para abandonarem/desistirem do projeto quando assim desejarem sem qualquer prejuízo para si mesmo. Por fim, ressalta-se o compromisso em tratar fidedignamente as informações oferecidas, respeitando integralmente a originalidade dos dados.

Assumimos a responsabilidade em prestar assistência integral ao professor caso possíveis danos ocorram. Assegura-se total liberdade aos voluntários convidados, que poderão se recusar a participar ou mesmo retirar seu consentimento sem qualquer tipo de ônus para ambas as partes envolvidas. Serão adotados todos os cuidados possíveis para minimizar os riscos da pesquisa, garantindo o cumprimento das disposições estabelecidas neste documento e na Resolução CNS nº466/2012. Para tal, reiteramos que cada voluntário convidado receberá uma via do TCLE devidamente assinada pelo pesquisador e terá sua autonomia respeitada. No mais, ressaltamos o direito dos participantes à indenização por eventuais danos e ao ressarcimento das despesas decorrentes da pesquisa. No entanto, cumpre disponibilizar o endereço da Escola de Educação Física, a título de referência para qualquer contato que se faça necessário: Rua Dois, 110, Campus Universitário, Ginásio de Esportes, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto / MG, (31) 3559-1518. Informa-se, ainda, o endereço e os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP, que tem por objetivo resguardar as participantes da pesquisa: Centro de Convergência, Campus Universitário, telefone (31) 3559-1368, cep.propp@ufop.edu.br. Assim, se você entendeu a proposta da pesquisa e concorda em ser voluntário, favor assinar o protocolo abaixo dando o seu consentimento formal.

Desde já, agradecemos a compreensão e voluntariedade.

Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri
Professor orientador da pesquisa

Sabrina Lellis Nogueira
Orientanda da pesquisa

Ouro Preto, _____ de _____ de 2022.

Via do Voluntário

Eu, _____,
portadora do CPF _____ e
RG _____, responsável legal por
_____ CPF _____ e RG
_____ considerando, que fui informado(a) dos objetivos e
da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos
procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento
aceitando minha participação na pesquisa, como também concordo que os dados
obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos, autorizo o mesmo a
participar da pesquisa intitulada “Reflexões emergentes de uma proposta educativa
baseada no currículo da Educação Física antirracista”.

Assinatura do (a) voluntário (a)

Ouro Preto, _____ de _____ de 2022.

Via para arquivo/ Departamento de Educação Física da EEFUFOP

Eu, _____,
portadora do CPF _____ e
RG _____, responsável legal por
_____ CPF _____ e RG
_____ considerando, que fui informado(a) dos objetivos e
da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos
procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento
aceitando minha participação na pesquisa, como também concordo que os dados
obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos, autorizo o mesmo a
participar da pesquisa intitulada “Reflexões emergentes de uma proposta educativa
baseada no currículo da Educação Física antirracista”.

Assinatura do (a) voluntário (a)

Ouro Preto, _____ de _____ de 2022.